



1076

Professores participaram da votação na última assembleia

DIRETORIA DA AdUFRJ

RECORDE HISTÓRICO. O número de votantes na última assembleia honra esta diretoria com a maior participação docente numa votação sobre greve em quase 43 anos de AdUFRJ. E aqui o menos importante é se 883 colegas votaram contra a paralisação, 169 votaram a favor e 24 se abstiveram. O recado das urnas é límpido e explícito o compromisso dos professores da UFRJ com o retorno presencial, mas sinaliza também nosso repúdio ao governo Bolsonaro e sua estratégia sistemática de desmonte da universidade pública. **Páginas 2, 3, 4 e 5**

883

**Professores votaram
contra a greve**

169

**Docentes
votaram a favor**

24

Se abstiveram

EDITORIAL

CAR@ COLEGA,

DIRETORIA

Mil e setenta e seis professores votaram na última assembleia. Mil e setenta e seis por extenso porque é um número recorde que honra esta diretoria com a maior participação docente numa votação sobre greve em quase 43 anos de AdUFRJ. E aqui o menos importante é se 883 colegas votaram contra a paralisação, 169 votaram a favor e 24 se abstiveram. O recado das urnas é límpido e explícito: o compromisso dos professores da UFRJ com o retorno presencial, mas sinaliza também nosso repúdio ao governo Bolsonaro e sua estratégia sistemática de desmonte da universidade pública.

O começo da paralisação estava previsto para 23 de março, duas semanas antes do recomeço das aulas presenciais da graduação na UFRJ, após dois anos trágicos de pandemia, milhares de mortes e centenas de horas de ensino remoto. Parar a essa altura seria virar as costas para os estudantes, muitos deles jovens que ultrapassaram barreiras gigantescas para entrar no ensino superior. Seria também abrir brechas para ataques do governo Bolsonaro contra a universidade, às vésperas do mais importante processo eleitoral desde a redemocratização.

Recusar a greve, no entanto, não é ficar de braços cruzados diante dos ataques às universidades nem conformados com nossas perdas salariais que já somam quase 20% em apenas três anos.

Recusar a greve, no entanto, não é ficar de braços cruzados diante dos ataques às universidades nem conformados com nossas perdas salariais que já somam quase 20% em apenas três anos. A diretoria da AdUFRJ não está nem vai ficar parada. Na mesma semana da assembleia, participamos de ato em defesa do serviço público na Praça XV e, preocupados com a adesão

FRANCISCO DE PAULA, PRESENTE!



■ A comunidade universitária recebeu com consternação a notícia do falecimento precoce do servidor Francisco de Paula Araújo. Ele era representante da bancada dos técnico-administrativos no Conselho Universitário e chefe da Biblioteca Central do Centro de Tecnologia. Francisco foi vítima de um câncer, descoberto já em fase terminal no mês passado. Ele morreu aos 42 anos em 12 de março, Dia do Bibliotecário. Francisco era um profissional altamente qualificado: doutor em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestre em Políticas Públicas (Uerj), bacharel em Direito (Uerj) e em Biblioteconomia (Unirio). Advogado com atuação na área trabalhista, era editor-chefe da Agência Bibliotecária de Comunicação. O servidor deixou esposa e filha. A AdUFRJ lamenta esta irreparável perda e deseja força aos amigos e familiares neste momento de dor.

UFRJ TERÁ SISTEMA DE INFORMAÇÕES VACINAIS DE PROFESSORES E TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

■ A comunidade acadêmica da UFRJ terá um reforço na luta contra a covid-19. Um novo sistema, batizado de Passaporte Minerva, vai centralizar as informações vacinais de professores e técnico-administrativos. O sistema já está pronto e será lançado nos próximos dias. Foi desenvolvido pela Superintendência de Tecnologia, Informação e Comunicação (TIC), com parceria da Pró-Reitoria de Pessoal. "O funcionamento é muito fácil. Cada unidade terá os gestores indicados e eles vão cadastrar os números de matrícula dos servidores vacinados. Estes servidores vão receber por e-mail um link para salvar o comprovante de vacinação", explica Maria Tereza Ramos, superintendente administrativa da PR-4. Na ausência do comprovante de vacinação, será necessário apresentar o Certificado de Isenção Temporária de Apresentação de Comprovante de Vacinação para a covid-19, emitido pelo Centro de Triagem e Diagnóstico (CTD) da UFRJ.

HELENA NADER É DOUTORA HONORIS CAUSA DA UFRJ

■ A UFRJ concedeu o título de Doutora Honoris Causa à professora Helena Nader, titular da Unifesp. A cerimônia de outorga ocorreu em 16 de março. "Recebo esse título como mulher, professora, cientista, mãe, avó e, principalmente, cidadã. O cenário da pandemia nos revelou pelo menos dois Brasis: um solidário, voltado para buscar minimizar os impactos da covid-19. O outro Brasil, das fake news, dos anticiência, do desrespeito ao outro. Graças à luta diuturna, prevaleceu o Brasil solidário. Precisamos riscar do mapa esse Brasil homofóbico, que não se preocupa com a fome, com a educação, que destrói o meio ambiente, que ataca os nossos irmãos", afirmou. Nader foi presidente da SBPC entre 2011 e 2017. E, desde então, é presidente de honra da entidade. A pesquisadora também ocupa por dois mandatos a vice-presidência da Academia Brasileira de Ciências desde 2016.



ADEUS À PROFESSORA MARIA ELOISA GUIMARÃES

ANA LÚCIA FERNANDES
Diretora da AdUFRJ

■ Faleceu no último dia 10 de março Maria Eloisa Guimarães, professora aposentada da Faculdade de Educação. Formada em Pedagogia pela UFMG e tendo feito o mestrado e o doutorado na PUC-Rio, entrou na UFRJ em 1984 como professora do Departamento de Administração Educacional, onde ministrou disciplinas como Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º graus e Currículo e Programas. Eloisa foi minha professora na segunda metade da década de 1980 e convivi com ela de forma mais próxima quando fui monitora daquele departamento.

Era bastante exigente e nos ensinou muito. Fazia parte de um grupo de professoras (a maior parte do corpo docente da FE à época era composta por mulheres) que marcou a nossa geração de estudantes e com as quais algumas de nós, suas ex-alunas, mantemos contato até hoje. Numa época em que o curso de Pedagogia sofria algum preconceito justamente por ser muito "feminino", tais professoras foram um exemplo de inteligência, autonomia, independência e, sobretudo, compromisso com o trabalho acadêmico.

Professoras como Lúcia Siano, Helena Ibiapina, Sérvula Paixão, Luciane Falcão, Maria de Lourdes Fávero, entre outras, nos mostravam que o trabalho acadêmico não era uma mera "distração" para abstrair das responsabilidades domésticas, mas sim uma escolha de vida que elas tinham feito engajando-se na vida da universidade, lecionando, desenvolvendo pesquisas, assumindo cargos de gestão.

Eloisa liderou uma pesquisa sobre a implantação dos CIEPs financiada pelo CNPq da qual participaram duas das minhas colegas daquela época: Rosita Mattos e Anna Rosa Amâncio. Tal pesquisa ocorreu logo no primeiro ano da implantação daquele projeto e seu objetivo era trazer para a reflexão acadêmica o funcionamento da escola de ensino fundamental.

Sua tese de doutorado Escola, Galeras e Narcotráfico, defendida em 1993 e publicada em livro pela editora da UFRJ em 1998, constituiu um estudo inovador para a época sobre violência urbana no cotidiano escolar e os padrões de relacionamento entre a escola pública e o meio urbano na cidade do Rio de Janeiro. Suas pesquisas sobre o tema da violência a levaram a formular, juntamente com outros pesquisadores, em 1996, a organização de cursos para a formação de delegados da Polícia Civil do Rio de Janeiro, numa época em que se começava a falar em direitos humanos.

PROFESSORES DA UFRJ DIZEM NÃO À GREVE

>Desmobilização da categoria, recesso acadêmico e preparação para o retorno presencial após dois anos de aulas remotas sustentam a decisão contrária por ampla maioria

SILVANA SÁ
silvana@adufjr.org.br

Em uma votação histórica, a maior já registrada nos mais de 40 anos da AdUFRJ, os professores da UFRJ, por esmagadora maioria, decidiram não aderir à greve nacional por tempo indeterminado do funcionalismo público federal, marcada para o próximo dia 23. O indicativo foi proposto pelo Fórum Nacional das Entidades do Serviço Público Federal (Fonasefe) e encaminhado pelo Andes para deliberação nas seções sindicais. Nesta sexta-feira (18), mobilizados pela assembleia convocada pela AdUFRJ, 1.076 professores votaram de forma virtual, pelo Sistema Helios: 883 entenderam que não é momento para a deflagração de um movimento paredista, 169 votaram a favor da greve, e outros 24 se abstiveram. A urna ficou aberta das 12h às 18h.

"Isso é um recorde, nunca aconteceu uma votação tão expressiva em nossa seção sindical. Só por isso, nosso movimento já é vitorioso", afirmou o professor João Torres, presidente da AdUFRJ, ao anunciar o resultado da consulta.

Cerca de 250 docentes participaram das mais de três horas de debate na assembleia virtual e muitos argumentos sustentaram a decisão contra a greve. Os principais têm relação com o baixo nível de envolvimento e mobilização dos professores, com o fato de a universidade estar em recesso acadêmico, com o impedimento de reajustes ao funcionalismo a partir de 4 de abril pela legislação eleitoral e, principalmente, com os preparativos para o retorno das aulas presenciais após dois anos de trabalho remoto.

"Eu gostaria muito de fazer uma ação contundente contra o governo Bolsonaro, e esse desejo da UFRJ em 1998, constituiu um estudo inovador para a época sobre violência urbana no cotidiano escolar e os padrões de relacionamento entre a escola pública e o meio urbano na cidade do Rio de Janeiro. Suas pesquisas sobre o tema da violência a levaram a formular, juntamente com outros pesquisadores, em 1996, a organização de cursos para a formação de delegados da Polícia Civil do Rio de Janeiro, numa época em que se começava a falar em direitos humanos.

O professor Paulo Maia Neto, do Instituto de Física, lamen-

tou o quadro de degradação da universidade provocado pelos cortes orçamentários do governo Bolsonaro. "Desde que eu ingressei na UFRJ, há 30 anos, nunca vi uma situação tão ruim", afirmou. No entanto, o docente pontuou a dificuldade de envolver os professores numa greve ao final de um período remoto. "É extremamente complicado fazer uma mobilização remota, as pessoas estão trabalhando muitas vezes fora do Rio de Janeiro. Esse tipo de situação é inédita e temos que entender que fica muito difícil mobilizar nesse contexto", disse. "Creio que fazer greve neste momento é ruim, porque [a suspensão das atividades] poderia ser usada pelos agentes que querem destruir a universidade pública".

O desejo de se agregar a um movimento nacional unificado foi expresso pelo professor Ricardo Medronho, 2º vice-presidente da AdUFRJ. "Seria uma coisa fantástica se conseguíssemos mobilizar todos os servidores públicos", afirmou. No entanto, ele destacou situações objetivas que enfraquecem uma greve por tempo indeterminado neste momento. "A partir de 4 de abril vai ser ilegal o reajuste para o funcionalismo. Teríamos apenas dez dias para estabelecer e concluir negociações com o governo", disse. "Além disso, a sociedade não ficará ao nosso lado se entrarmos em greve no momento de voltarmos às aulas presenciais. Boa parte da sociedade sofreu duras consequências da pandemia. A gente, mal ou bem, continua com nossos salários em dia".

Para a professora Marta Castilho, do Instituto de Economia, o ponto central de uma greve por tempo indeterminado neste momento é seu caráter desmobilizador. "Eu não vejo como a gente vai conseguir reproduzir uma dinâmica de participação sem voltar presencialmente. É impensável, para mim, que a gente não retorne ao presencial depois de dois anos", afirmou. "É nas salas de aula que a gente vai discutir, trazer os estudantes e funcionários para mobilizações. Eu acho que o Paulo Guedes adoraria a greve. O governo não está incentivando a volta porque está interessando a ele que permanecemos desmobilizados", concluiu.

Mesmo entre professores com reconhecida posição a favor da greve, houve discursos moderados. "A greve é um horizonte posterior. O que temos que fazer

NÚMEROS DA ASSEMBLEIA

1.076
PROFESSORES
participaram da votação

883
VOTARAM
CONTRA A GREVE

169
VOTARAM
A FAVOR

24
SE ABSTIVERAM

é instituir uma comissão de mobilização para construir o retorno presencial", afirmou a professora Selene Alves Maia, do Instituto de Matemática. "O retorno presencial tem que ser acompanhado de algumas medidas fundamentais, como o mapeamento rigoroso das condições de trabalho. É preciso que fique claro para a sociedade brasileira que a UFRJ está pronta para o retorno presencial, porém está construindo condições de trabalho para que esse retorno aconteça", disse. "Temos que ocupar a universidade. Queremos ouvir os estudantes, devemos construir percursos que nos possibilitem esse retorno pleno".

TÉCNICOS DESCARTAM PARALISAÇÃO

O Sintufjr realizou assembleia virtual dos técnico-administrativos para deliberar sobre a greve nacional, com participação de 213 servidores. A votação aconteceu por envelope

Luis Acosta, professor da Escola de Serviço Social e ex-presidente da AdUFRJ, reconheceu que o momento não é o mais propício para a paralisação das atividades. "Parece-me que no dia de hoje a nossa base não está preparada para deflagrar essa greve necessária. Então, creio que devamos continuar nos mobilizando", defendeu. "Uma forma de mantermos a mobilização é a AdUFRJ declarar um estado de assembleia permanente, para avaliar a conjuntura. Outra proposta é realizar uma assembleia comunitária e manifestações na rua", sugeriu. "Podemos marcar o dia 23 como um dia de mobilização e de luta, com uma espécie de universidade na praça".

Outros integrantes da oposição, no entanto, foram enfáticos na defesa da greve. "Não podemos nos entregar ao possibilismo que tomou conta das últimas gestões", criticou o professor Mathias Luce, também da Escola de Serviço Social. "Tivemos greves que aconteceram ao longo do período letivo, outras que aconteceram ao término do período e outras que não deixaram o período começar. Então, a questão do recesso não é um impedimento", argumentou. "Em ano eleitoral, temos até o dia 4 de abril para colocar em projeto de lei o reajuste salarial, mas há outros trâmites. Não necessariamente um projeto terá sua tramitação concluída, daí a importância de trabalharmos politicamente com a pressão sobre a greve por tempo indeterminado".

"O calendário não respeita a dinâmica das universidades porque a greve não é das universidades, é de todo o funcionalismo", frisou o professor Cláudio Ribeiro, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e ex-presidente da AdUFRJ. "Construirmos a greve e irmos para a rua lutar contra esse governo pode ser importante para ajudar aqueles que estão perdendo muitos direitos a entenderem que também podem se juntar a esse movimento", ilustrou. "A solução eleitoral de

simples da plataforma Zoom, que indicou 81% de rejeição à greve por tempo indeterminado. Outros 18% votaram favoravelmente à deflagração do movimento e 1% dos votantes se absteve. Os

outubro não está dada. É necessário pensar o desgaste político de quem tanto nos atacou".

Ex-diretor da AdUFRJ, o professor Felipe Rosa, do Instituto de Física, dicordou. "Estamos no meio do processo de retorno presencial depois de dois anos de pandemia, no meio da preparação para esse reencontro. Se não voltarmos agora, a gente corre sério risco de não voltar mais", alertou. "Sabotar a operação mais importante que a UFRJ tem neste momento, eu não posso concordar. Isso não é um tiro no pé, é um tiro na cabeça. E tiros na cabeça costumam ser fatais".

Para a professora Eleonora Ziller, ex-presidente da AdUFRJ e docente da Faculdade de Letras, aprovar greve sem unidade traria mais prejuízos do que benefícios. "Uma greve não pode ser tirada com a universidade dividida. Nos últimos dez, doze anos, as nossas greves nos afastaram mais da sociedade e dificultaram nossa luta. O avanço do pensamento conservador, inclusive na universidade, acaba sendo consequência também de decisões equivocadas do movimento docente, que se isolou", afirmou. "As greves passaram a ser sustentadas por 500 professores e outros três mil ficavam de fora da decisão", lembrou.

Alguns encaminhamentos foram sugeridos ao longo do debate e a professora Mayra Goulart, vice-presidente da AdUFRJ, indicou que a diretoria dará sequência às ações, em parceria com o Conselho de Representantes. "A gente tem acordo com o 'Fora, Bolsonaro!', com vários encaminhamentos que foram colocados. Todas as datas do calendário de mobilização do Fonasefe vão contar com nosso apoio. Queremos estar presentes à próxima plenária do serviço público do Rio de Janeiro, estamos envolvidos com as demandas do retorno presencial. A gente vai fazer panfletagens em sala de aula para atuar nessa mobilização envolvendo os alunos, os professores e queremos fazer isso juntamente com o Sintufjr", garantiu.

técnicos decidiram realizar uma paralisação de 24 horas no dia 23 de março. Uma nova assembleia, no dia 29, vai reavaliar a mobilização e decidir novos encaminhamentos.

#OrgulhoDeSerUFRJ

ADUFRJ MARCA PRESENÇA NO DIA DE MOBILIZAÇÃO

> Diretoria participou de manifestação no Centro do Rio na quarta (16) como parte da campanha pela reposição salarial dos servidores públicos federais. Ato ocorreram em dez estados e no DF

LUCAS ABREU
lucas@adufrrj.org.br

A última quarta-feira (16) foi o Dia Nacional de Mobilização, Paralisações e Manifestações do funcionalismo público federal, parte da campanha salarial da categoria. Foram organizados atos em diversas cidades em dez estados e no Distrito Federal, segundo um levantamento feito pelo Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe). No Rio, a manifestação aconteceu na Praça 15, no Centro, e reuniu principalmente entidades ligadas à área de Educação. A AdUFRJ esteve no ato do Rio, representada pelo presidente João Torres e pelos diretores Karine Verdoorn, Nedir do Espírito Santo e Ricardo Medronho.

Embora pequeno em tamanho, a manifestação mostrou que o funcionalismo público está empenhado em enfrentar a gestão Bolsonaro e reivindicar o reajuste de 19,99%, o equivalente às perdas inflacionárias nos três anos do atual governo. Representantes das entidades ligadas à Educação também lembraram a política econômica que vem asfixiando o ensino superior com cortes orçamentários, e as propostas de desmonte do Estado que fazem parte do cardápio do ministro da Economia, Paulo Guedes, como a reforma administrativa.

Na avaliação do professor João Torres, a luta é mais do que justa, mas é preciso tomar cuidado com a estratégia adotada. “Temos perdas acumuladas nos nossos salários. Acho que é importante ir às ruas mostrar isso para a sociedade”, defendeu o dirigente. Mas ele observou que este é o pior momento para uma greve unificada do funcionalismo. “Eu adoraria fazer greve contra o governo Bolsonaro, mas não nessas circunstâncias. Estamos voltando de dois anos de trabalho remoto, e o tempo para a negociação do reajuste este ano é exiguo”, explicou João. Segundo a lei eleitoral, nenhum reajuste pode ser concedido ao funcionalismo público menos de seis meses antes de uma eleição majoritária.

João reafirmou que a direção da AdUFRJ é contrária à greve. “É importante ir para às ruas falar, se conectar com a sociedade, mas sem perder de vista



FOTOS: FERNANDO SOUZA



que o apoio da sociedade é fundamental”, observou. O que está em jogo, para o professor, é a capacidade de angariar o apoio da população à causa dos professores. “Não somos a favor da greve por tempo indeterminado agora. Precisamos do apoio das pessoas e, entrando em greve agora, nós dificilmente conseguiríamos este apoio”, explicou.

A presidente da Associação dos Docentes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Adur - RJ), Elisa Guaraná, também exaltou a união diante do cenário tão complicado em que vive a educação superior no Brasil. “Essa união é fundamental. Estamos sofrendo vários ataques, que acontecem de várias formas”, disse. Segundo

ela, o desmonte do Serviço Público Federal é parte da política neoliberal do atual governo. “O ataque ao funcionalismo federal o torna praticamente inviável. Seguimos com salários baixados, com o trabalho sucateado e atendendo mal a população”, disse.

ATOS PELO BRASIL

Em Brasília, os servidores públicos foram em passeata até o Ministério da Economia, com a intenção de levar ao ministro Paulo Guedes o recado da categoria. Além da capital federal, os servidores se reuniram em cidades de Alagoas, Pará, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.



LAPA

FOTOS: CARLOS LEANDRO/3MAIS1



HUMAITÁ



HUMAITÁ



COPACABANA

PROJEÇÕES EM DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

A luta em defesa dos professores e da universidade pública tomou a noite do Rio de Janeiro. A AdUFRJ preparou um vídeo apresentando a UFRJ, mostrando a sua importância para a sociedade e explicando os efeitos dos cortes no orçamento da universidade, que põem em risco o funcionamento da instituição em 2022. O vídeo foi projetado na Lapa, no Humaitá e em Copacabana, nas noites de terça e quinta-feira (15 e 17). O ato fez parte do Dia Nacional de Mobilização do funcionalismo público federal pelo reajuste salarial de 19,99%. A animação, que denunciou ainda os ataques do governo Bolsonaro à autonomia das universidades, também foi projetada em um caminhão com um painel de LED que circulou pela cidade na quarta-feira (16). (Lucas Abreu)

ALENTO EM MEIO À ESCASSEZ

> UFRJ receberá 177 das 499 bolsas concedidas pela Faperj nos programas Cientista do Nosso Estado e Jovem Cientista do Nosso Estado. Pesquisadores comemoram flexibilidade no uso dos recursos

KELVIN MELO
kelvin@adufrrj.org.br

A UFRJ se destacou no resultado dos editais Cientista do Nosso Estado (CNE) e Jovem Cientista do Nosso Estado (JCNE), da Faperj, divulgado no último dia 10. Entre as 33 instituições fluminenses de pesquisa contempladas, a maior universidade federal do país ficou em primeiro lugar, com 177 das 499 bolsas concedidas.

Em tempos tão duros para a Ciência, a notícia representa um alento. As propostas selecionadas receberão verbas mensais regulares por até três anos: R\$ 3 mil para os pesquisadores com produção científica ou tecnológica de alta qualidade nos últimos dez anos (os agraciados do edital CNE) e R\$ 2,4 mil para os jovens cientistas (do edital JCNE).

O desempenho da instituição foi comemorado pela reitora Denise Pires de Carvalho. “São editais muito competitivos e que garantem parte do funcionamento dos laboratórios e a orientação de estudantes. São recursos muito importantes para o dia a dia da pesquisa na universidade”, disse. “Fico muito orgulhosa com nosso corpo docente, que não se abateu pela pandemia e com os cortes orçamentários em Ciência, Tecnologia e Educação”, completou.

CRESCIMENTO

Houve uma diminuição do número total de bolsas concedidas em relação aos editais de 2020 (583). Mas a comparação, explicou o presidente da Faperj, professor Jerson Lima, deve ser feita por cada ciclo de três anos. Neste caso, apontando um crescimento. “As taxas de bancada CNE e JCNE são por três anos. E tem uma edição todo ano. No ano passado, a edição que se encerrava tinha 300 bolsas de CNE e foram concedidas 400”, exemplificou. “Para este ano, a diretoria resolveu aumentar a disponibilidade de bolsas que era, anteriormente, de 191 para CNE. E foram concedidas 292 bolsas. Na realidade, o número de pesquisadores CNE e JCNE tem aumentado, computando cerca de 1.500 pesquisadores



MAYRA GOULART
Professora de Ciência Política e diretora da AdUFRJ



ROBERTO LEHER
Ex-Reitor da UFRJ e professor da Faculdade de Educação



CLAUDIO MOTA
Diretor do Instituto de Química



JULIANY RODRIGUES
Diretora do campus Duque de Caxias da UFRJ



ANTONIO SOLÉ
Professor do Instituto de Biologia e ex-diretor da AdUFRJ

totais. O programa, quando criado em 1999, tinha 100 bolsistas”, observou.

Desde 2019, a agência busca aumentar o fomento de bolsas e auxílios. “No ano de 2021, foi possível executar R\$ 690 milhões, um recorde. Há tanto por parte do Executivo como do Legislativo do estado uma compreensão da importância estratégica da Faperj”, explicou Jerson, que é professor titular do Instituto de Bioquímica Médica da UFRJ.

Os cientistas agradecem. Não só pelos recursos, mas pela flexibilidade permitida na utilização. “A Bolsa Cientista do Nosso Estado foi uma iniciativa fantástica da Faperj. Até meus colegas da USP, que têm a poderosa Fapesp, nos invejam por isso. Mas o que ela tem de especial? É a confiança nas pessoas que fazem pesquisa”, afirmou o professor Antonio Solé, do Instituto de Biologia e ex-diretor da AdUFRJ. “Nos outros tipos de financiamento, frequentemente precisamos realizar os gastos exatamente de acordo com o planejamento original. Todos sabemos, entretanto, que o mundo da pesquisa não é assim tão previsível. Às vezes, temos aquele equipamento caríssimo, que depende de sala refrigerada, e o ar-condicionado quebra. O que fazer? É aí que entra a bolsa CNE! Ela confia que pesquisadoras e pesquisadores saberão como gastar os recursos para seus trabalhos, inclusive com os imprevistos”.

O financiamento da Faperj, entre outras ações, explicou Solé, vai fortalecer uma atividade importante do Centro Nacional para a Identificação Molecular do Pescado (Cenimp), inaugurado neste dia 18: o desenvolvimento e a aplicação de métodos de DNA para o controle das fraudes no comércio do pescado. “No caso deste projeto CNE, iremos buscar a adaptação de uma metodologia usada em diagnóstico de covid-19 para a

identificação rápida e no local de algumas espécies mais presentes em fraudes na comercialização, como o pangá e os peixes salgados vendidos como se fossem bacalhau”, completou o docente, que recebe a bolsa desde a criação dos programas. Diretor do Instituto de Química, o professor Claudio Mota também é um “veterano” das bolsas concedidas nesses editais. Ganhou a primeira vez como Jovem Cientista, em 2000. E desde 2005 vem sendo contemplado como Cientista do Nosso Estado. “Sem dúvidas, o CNE e o JCNE são o carro-chefe do fomento à pesquisa aqui no estado. É um orgulho para mim, como pesquisador, fazer parte deste grupo, sendo contemplado mais uma vez”.

O atual projeto vincula Química e sustentabilidade. “Dentro do conceito de economia circular, onde o subproduto de um processo da queima de combustíveis — no caso, o dióxido de carbono — vai gerar um insumo para outro produto, até mesmo um combustível, como o metanol”, exemplificou.

Enquanto alguns comemoram a continuidade da bolsa, a professora Juliany Rodrigues, diretora do campus Duque de Caxias da UFRJ, está experimentando a “alegria indescritível” de receber a bolsa CNE pela primeira vez. “Eu já vinha tentando esse edital há três anos. Consegui agora na terceira. Foi uma conquista profissional. Considero esse programa um reconhecimento também. Um prêmio por tantos anos de dedicação à Ciência”, afirmou.

O projeto da docente avalia diferentes alternativas terapêuticas para o tratamento das leishmanioses, com estudo de novos compostos e nanomateriais para a entrega de fármacos. “É uma doença negligenciada pela indústria farmacêutica, pois é relacionada à pobreza, predominante no sul global. No Brasil, é um problema grave”, explicou.

Juliany estuda o tema desde a iniciação científica. “Acho que só vou me aposentar se eu conseguir colocar um medicamento na prateleira do SUS. Agora, não só um medicamento, mas também nanomateriais”, brincou.

A bolsa também ajuda a abrir outras portas de financiamento, acrescenta a dirigente. Há vários editais da Faperj exigindo que o pesquisador proponente seja bolsista do CNPq e/ou Cientista do Nosso Estado. “Traz um ganho para mim, como pesquisadora, para meu grupo, mas também para a comunidade do campus de Duque de Caxias”, completou Juliany.

Entre as grandes áreas do conhecimento que receberam bolsas CNE e JCNE, estão as Ciências Humanas (80), Ciên-

cias Sociais Aplicadas (43) e Linguística, Letras e Artes (12), por exemplo. O ex-reitor Roberto Leher, professor da Faculdade de Educação, também foi um dos beneficiados do edital CNE. “A Faperj tem inovado de uma maneira muito virtuosa a concepção de editais. O programa Cientista do Nosso Estado é uma política de fomento extremamente interessante, pois permite flexibilidade entre recursos de custeio e de capital, facilitando o aporte dos recursos necessários em conformidade com as necessidades da pesquisa”, elogiou.

Para o ex-reitor, as bolsas são bem-vindas. “Entendo que será um suporte decisivo, particularmente num contexto em que estamos diante de um estrangulamento deliberado de recursos das agências de fomento federais. Particularmente, um encolhimento draconiano dos recursos não reembolsáveis da Finep, assim como do CNPq e da Capes”, completou Leher.

O projeto do ex-reitor investiga a mercantilização da educação básica com o avanço de sociedades anônimas, grupos educacionais de capital aberto e com ações na Bolsa de Valores na educação básica. “Os recursos serão para a infraestrutura da pesquisa: coleta de dados com a contribuição de nossos estudantes, tratamento de informações, visitas in loco para que possamos conhecer, nos diversos estados da federação, o andamento dessas políticas”, informou.

JOVEM CIENTISTA
Professora de Ciência Política e diretora da AdUFRJ, Mayra Goulart celebrou a seleção como bolsista do edital Jovem Cientista do Nosso Estado. “A sensação é de felicidade e de que o esforço que a gente vem realizando lá no Lappcom (Laboratório de Eleições, Partidos e Política Comparada), está dando resultado”, afirmou.

O estudo coordenado pela professora — agora financiado pela Faperj — é sobre política local. “Nosso objetivo é analisar como se relacionam as variáveis personalismo, partidarismo e ideologia na dinâmica da política local, tentando fugir dos chavões que veem na política local apenas clientelismo, apenas personalismo”.

A docente enfatiza a necessidade de comunicar a importância da pesquisa científica para a sociedade em um momento de escassez, com pandemia e guerra. “Mostrar a importância da pesquisa para alimentar os processos de mobilidade social, os processos de construção nacional. Não tem como pensar em desenvolvimento nacional sem pesquisa”, ponderou Mayra.

Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e ex-ministro da Educação (2015), o professor Renato Janine Ribeiro profere a aula inaugural de 2022 da Coppe, em 21 de março, às 11h, com o tema “Ética no mundo atual”. Antes, às 10h, haverá uma cerimônia de recepção aos novos alunos, com abertura feita pelo diretor da unidade, professor Romildo Toledo. Os eventos serão realizados no auditório da Coppe, no Centro de Tecnologia 2 (CT2), e serão transmitidos pelo canal da instituição no Youtube. Renato Janine Ribeiro é professor titular da USP desde 1994, onde leciona Ética e Filosofia Política, além de ser pesquisador sênior do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e acadêmico emérito da Academia Paulista de Direito.

agência, na próxima semana. A chamada apoiará projetos de mobilidade de pesquisadores da região em instituições fluminenses. “Deve prever bolsas por um ano, com possibilidade de renovação, além de auxílio-viagem e (seguro) saúde”, adianta o professor Jerson Lima.

tem entre seus objetivos a pesquisa e o desenvolvimento em metodologias para análises genéticas de pescado e em aqüicultura. O novo centro de pesquisa ocupa um espaço próprio de 400 metros quadrados e já conta com o maior banco de sequências de DNA de pescado da América Latina. Esse banco permite a identificação precisa de amostras de pescado mesmo quando processadas — na forma de filés — ou altamente processadas, como em bolinhos.

Foram inauguradas nesta sexta-feira (18) as instalações do Centro Nacional para a Identificação Molecular do Pescado (Cenimp), que fazem parte do Instituto de Biologia da UFRJ. Construído com recursos dos ministérios da Pesca e Aquicultura (MPA) e da Agricultura e Pecuária (MAPA), do CNPq e da Faperj, o Cenimp

se organizar muito mais rápido para manter as aulas no período da pandemia. Fora que a maior parte dos cursos e matrículas EAD já está no setor privado, então a conclusão do curso não foi um problema tão grande”, completa a professora.

Ao analisar os tipos de curso mais e menos populares para entrada no ensino superior, o censo constatou que quase 20% das novas matrículas na graduação vão para cursos de licenciatura. Desses, quase 60% são na modalidade a distância. A professora Ana Lúcia Cunha Fernandes, da Faculdade de Educação e da diretoria da AdUFRJ, explica que a exigência do grau para os docentes da educação básica é um fator associado a essa prevalência da EAD nos ingressos em licenciatura: “Isso cria uma demanda, já que em muitos lugares não existem faculdades ou universidades que oferecem esses cursos”, explica.

O perfil do professor universitário ainda é majoritariamente masculino, tanto na rede pública quanto na privada. “Se você pegar todos os níveis de ensino, a docência é predominantemente feminina. As mulheres também entram mais na universidade, só que isso não necessariamente se reverte para um lugar delas no mercado de trabalho”, explica a professora Rosana Heringer. Outra diferença entre as administrações está na escolaridade dos docentes: enquanto na rede particular os professores mestres são maioria, na rede pública predomina o doutorado. “Pela legislação, você tem que ter um mínimo de doutores, e as privadas cumprem essa determinação sem esforço para contratar mais. Acaba sendo um mercado para as pessoas que ainda não têm doutorado”, encerra.

Cursos a distância superam em ingressos os presenciais

> Cenário inédito foi detectado pelo Censo da Educação Superior 2020, o primeiro a tratar do período da pandemia

ESTELA MAGALHÃES
comunica@adufrrj.org.br

ela primeira vez na história, a quantidade de alunos ingressantes em cursos de graduação a distância ultrapassou o número de novas matrículas nos cursos presenciais. Dos quase 3,8 milhões de estudantes que se matricularam no ensino superior, 53,4% optaram pela EaD. Essa é uma das conclusões do Censo da Educação Superior 2020. Realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o censo colhe informações sobre infraestrutura, vagas, ingressantes e concluintes, entre outros dados das instituições de educação superior (IES) brasileiras.

O aumento da educação a distância no ensino superior é uma tendência. É o que explica a professora Rosana Heringer, da Faculdade de Educação da UFRJ. “Na última década, ela foi estimulada, regulamentada e facilitada para as instituições”, analisa. A docente, que é coordenadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (Lepes), explica a razão. “Diminuí o custo para a instituição, o custo da mensalidade, e a gente começa a ver essa enorme oferta de cursos com preço muito baixo”.

Por outro lado, a permanência dos estudantes em cursos a distância é menor que em cursos presenciais. A partir do acompanhamento dos ingressantes de 2011 nos últimos dez anos, o censo constata uma taxa de desistência acumulada de 62% para estudantes em educação a distância, enquanto na modalidade presencial a desistência é de 58% no mesmo período. Vale destacar que essa análise é referente ao percurso dos

ingressantes de 2011, quando apenas 18,4% dos acessos eram para EAD. “Será que esses alunos que ingressaram em 2020 vão concluir seus cursos? Isso aí a gente vai ter que esperar para ver”, questiona a professora. Em 2020, foram ofertados 19,6 milhões de vagas para a graduação, sendo 96,5% de instituições privadas. De todas as vagas, 73% eram novas e 26,7% eram remanescentes, ou seja, já existiam no sistema e estavam desocupadas por evasão ou pelo não preenchimento, dentre outros motivos. Mas existe um grande intervalo entre o número de vagas e o número de ingressos: de todas as vagas novas oferecidas, apenas 23% foram ocupadas, ou seja, mais de 11 milhões não foram preenchidas.

A professora Gabriela Honorato, da Faculdade de Educação, explica que o excesso de vagas acontece principalmente por questões burocráticas. “Quando entra um pedido para funcionamento de um curso junto ao Ministério da Educação, as instituições pedem um número muito maior de vagas do que elas estão realmente dispostas a oferecer, porque esse tipo de processo só ocorre uma vez, não dá para ficar todo ano pedindo para aumentar o número de vagas”. Esse processo acontece, sobretudo, em instituições privadas, de acordo com a docente, que destaca as taxas de preenchimento com base na categoria administrativa: enquanto 72% das novas vagas no ensino público são preenchidas, apenas 20% das equivalentes são ocupadas na administração particular.

Mesmo com a maior adesão no setor público, o privado é o que mais se expande. Entre 2010 e 2020, a rede privada cresceu 89,8% em número de ingressantes, enquanto a pública aumentou em 10,7%. “A dinâmica da expansão do sistema público é bem mais lenta, depende da capacidade de investimento público

de ingressantes em cursos de graduação, 86% em instituições privadas. Entre os anos de 2019 e 2020, houve uma queda no número de ingressantes na rede pública (-5,8%); a rede privada continua com a expansão do número de ingressantes. Em 2019/2020, há uma variação positiva de 5,3%; Entre 2010 e 2020, a rede privada cresceu 89,8% e a rede pública cresceu 10,7%.

NÚMERO DE INGRESSOS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO POR MODALIDADE DE ENSINO:
2019: 2.041.136 (56,2%) em cursos presenciais
1.592.184 (43,8%) em cursos EAD
2020: 1.756.496 (46,6%) em cursos presenciais
2.008.979 (53,4%) em cursos EAD
Os ingressantes em cursos de graduação na modalidade de ensino a distância, em 2011, eram 18,4% do total. Em 2020, passaram para 53,4% do total.

CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2020

INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA

Total: 2.457
Privadas: 2.153 (87,6%)
Públicas: 304 (12,4%), sendo 4,8% federais; 5,3% estaduais; e 2,3% municipais

INGRESSANTES:

Quase 3,8 milhões de alunos ingressaram em cursos de graduação, 86% em instituições privadas. Entre os anos de 2019 e 2020, houve uma queda no número de ingressantes na rede pública (-5,8%); a rede privada continua com a expansão do número de ingressantes. Em 2019/2020, há uma variação positiva de 5,3%; Entre 2010 e 2020, a rede privada cresceu 89,8% e a rede pública cresceu 10,7%.

NÚMERO DE INGRESSOS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO POR MODALIDADE DE ENSINO:

2019: 2.041.136 (56,2%) em cursos presenciais
1.592.184 (43,8%) em cursos EAD
2020: 1.756.496 (46,6%) em cursos presenciais
2.008.979 (53,4%) em cursos EAD
Os ingressantes em cursos de graduação na modalidade de ensino a distância, em 2011, eram 18,4% do total. Em 2020, passaram para 53,4% do total.

INGRESSOS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO POR GRAU ACADÊMICO
Bacharelado: 55,1%
Cursos tecnológicos: 26,0%
Licenciatura: 18,5%

CONCLUINTE:

Quase 1,3 milhão de estudantes concluíram cursos de graduação.

CONCLUINTE POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA

2019: 251.374 de públicas (20,1%) e 998.702 de privadas (79,9%)
2020: 204.174 de públicas (16%) e 1.074.448 de privadas (84%)

Entre 2019 e 2020, o número de concluintes na rede pública apresentou uma queda de 18,8%; na rede privada a variação é positiva (7,6%)

CONCLUINTE POR MODALIDADE DE ENSINO

2019: 934.037 de cursos presenciais (74,7%)
316.039 (25,3%) de cursos EAD
2020: 878.229 de cursos presenciais (68,7%)
400.393 de cursos EAD (31,3%)

O número de concluintes em cursos de graduação presencial teve queda de 6,0% em relação a 2019. A modalidade a distância aumentou 26,7% no mesmo período.

CONCLUSÃO NA PANDEMIA

Entre 2019 e 2020, o número de concluintes na rede pública sofreu queda de quase 20%. A

rede pública sofreu queda de quase 20%. A modalidade a distância aumentou 26,7% no mesmo período.

LICENCIATURA EAD

Ao analisar os tipos de curso mais e menos populares para entrada no ensino superior, o censo constatou que quase 20% das novas matrículas na graduação vão para cursos de licenciatura. Desses, quase 60% são na modalidade a distância. A professora Ana Lúcia Cunha Fernandes, da Faculdade de Educação e da diretoria da AdUFRJ, explica que a exigência do grau para os docentes da educação básica é um fator associado a essa prevalência da EAD nos ingressos em licenciatura: “Isso cria uma demanda, já que em muitos lugares não existem faculdades ou universidades que oferecem esses cursos”, explica.

DESIGUALDADE DE GÊNERO

O perfil do professor universitário ainda é majoritariamente masculino, tanto na rede pública quanto na privada. “Se você pegar todos os níveis de ensino, a docência é predominantemente feminina. As mulheres também entram mais na universidade, só que isso não necessariamente se reverte para um lugar delas no mercado de trabalho”, explica a professora Rosana Heringer. Outra diferença entre as administrações está na escolaridade dos docentes: enquanto na rede particular os professores mestres são maioria, na rede pública predomina o doutorado. “Pela legislação, você tem que ter um mínimo de doutores, e as privadas cumprem essa determinação sem esforço para contratar mais. Acaba sendo um mercado para as pessoas que ainda não têm doutorado”, encerra.

Na rede privada essa variação é positiva. O número de concluintes aumentou em mais de 7%. “O setor privado conseguiu

NOTAS

RENATO JANINE PROFERE AULA INAUGURAL DA COPPE

Presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e ex-ministro da Educação (2015), o professor Renato Janine Ribeiro profere a aula inaugural de 2022 da Coppe, em 21 de março, às 11h, com o tema “Ética no mundo atual”. Antes, às 10h, haverá uma cerimônia de recepção aos novos alunos, com abertura

NELSON BRAGA É O NOVO DIRETOR DO INSTITUTO DE FÍSICA

No último dia 10 de março, o professor Nelson Braga foi oficialmente nomeado no Diário Oficial da União como novo diretor do Instituto de Física da UFRJ. A consulta aconteceu em dezembro. Nelson assume a direção com a professora Simone Coutinho. Dentre os principais desafios de sua gestão, ele destaca o retorno às au-

las presenciais e a transferência da unidade para o novo prédio, ao lado do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza (CCMN). “Estamos há dois anos sem dar aulas na universidade, devemos receber todos com muita segurança”, afirma. “Outra questão é a mudança para o prédio novo. Ainda precisamos de recursos para instalação de ar-condicionado, cercamento do prédio e estacionamento”, lista. O professor Nelson Braga vai conduzir o instituto pelos próximos quatro anos.

INAUGURADO CENTRO DE PESQUISA SOBRE PESCADO

Foram inauguradas nesta sexta-feira (18) as instalações do Centro Nacional para a Identificação Molecular do Pescado (Cenimp), que fazem parte do Instituto de Biologia da UFRJ. Construído com recursos dos ministérios da Pesca e Aquicultura (MPA) e da Agricultura e Pecuária (MAPA), do CNPq e da Faperj, o Cenimp

tem entre seus objetivos a pesquisa e o desenvolvimento em metodologias para análises genéticas de pescado e em aqüicultura. O novo centro de pesquisa ocupa um espaço próprio de 400 metros quadrados e já conta com o maior banco de sequências de DNA de pescado da América Latina. Esse banco permite a identificação precisa de amostras de pescado mesmo quando processadas — na forma de filés — ou altamente processadas, como em bolinhos.

4 ANOS SEM RESPOSTA

QUEM MATOU
MARIELLE
FRANCO?



#MariellePresente

AdUFRJ